

# Entre desenvolvimento sustentável e extrativismo: disputas e alianças numa terra indígena no norte do Brasil<sup>1</sup>

Tainá Scartezini (PPGAS/USP, São Paulo, Brasil)

*Paiter Suruí (tupi-mondé); Créditos de carbono (redd+); Extrativismo.*

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta questões preliminares com as quais lido em minha pesquisa de mestrado, que está no primeiro ano, junto ao Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e sob orientação do Professor Stelio Marras (IEB/USP).

Abordando temas como extrativismo, meio ambiente e conflitos agrários no âmbito das relações de parentesco e de chefia entre os Paiter Suruí, interesse-me, em especial, pela implementação e suspensão do “Projeto Carbono Florestal Suruí”, por meio do qual foi estabelecida a comercialização de créditos de carbono via REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação), que possibilitaram aos Paiter vender certidões financeiras de créditos de carbono para empresas como Google, Natura e Fifa Brasil. Assim, procuro aqui fornecer uma breve descrição dos Paiter com base em trabalhos etnográficos conduzidos entre eles para, em seguida, discorrer sobre seus engajamentos em atividades extrativistas e de desenvolvimento sustentável, bem como sobre sua forma de organização clânica. Por fim, aponto possíveis rumos da pesquisa.

## I - Os Paiter Suruí

Na fronteira entre Rondônia e Mato Grosso, à leste do Rio Madeira e 50km distante de Cacoal (RO), fica a Terra Indígena Sete de Setembro (TISS)<sup>2</sup>, que leva este nome pois foi no dia 7 de setembro de 1969, na aldeia *Nabekó Dabalaquibá* (“lugar onde penduraram os facões”), que ocorreu o primeiro contato pacífico entre os *Paiterey* e os “brancos”<sup>3</sup>, no caso, os sertanistas e indigenistas da FUNAI liderados por Francisco e Apoena Meirelles (Mindlin, 1985; Bassi, 2018). A TI, demarcada em 1983, tem cerca

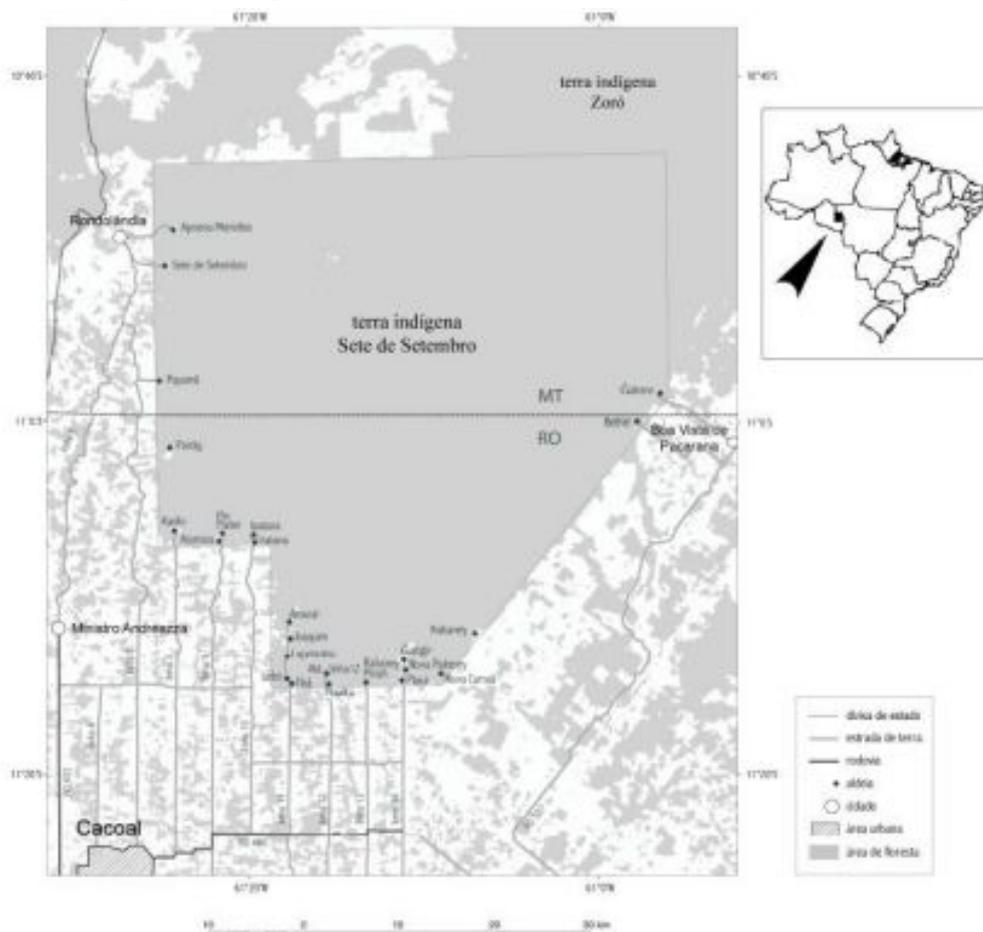
---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 32a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

<sup>2</sup> Também chamada de *Paiterey Karah*, às vezes grafado *Garah*. Como a autodesignação *Paiter* significa “nós mesmo”, “pessoa”, “gente de verdade” (Mindlin, 1985), e o sufixo *ey* é um indicador de plural na língua paiter, *Paiterey* é o coletivo das gentes paiter. E, como *gara* significa “floresta”, segundo Bassi (2018), logo, *Paiterey Karah* significa “nossa floresta” ou a “floresta dos paiter, das pessoas de verdade”.

<sup>3</sup> Segundo de Renesse (2017:14, nota 8), “os Suruí utilizam o termo “branco” para designar em português uma categoria de seres denominados em suruí como *iara*, e que se definia originalmente por oposição à categoria *lahd* (‘índio’)”.

de 248 hectares e é habitada pelos Paiter Suruí<sup>4</sup> desde o *Tempo do Medo ou das Correrias*<sup>5</sup>, quando possivelmente migraram “da região de Cuiabá para Rondônia fugindo das tentativas de persuasão dos missionários portugueses ou mesmo de lutas entre outros povos indígenas inimigos” (Bassi, *id.*:50).



Terra Indígena Sete de Setembro. Fonte: de Renesse (2017).

Assim como seus vizinhos Zoró, Gavião, Cinta Larga, Salamã e Aruá<sup>6</sup>, outros povos indígenas do sudeste amazônico, região também conhecida como área etnográfica do Aripuanã (*cf.* Melatti, 2011 modificado em 2017), os Paiter Suruí falam uma língua da família Mondé do tronco Tupi (Moore, 2005; Dietrich, 2010; Holbrook, 2013).

<sup>4</sup> Em geral, conhecidos na literatura simplesmente como Suruí (ver Mindlin, 1985, 2007; e de Renesse, 2017, por exemplo), opto, assim como Bassi (2018), por usar Paiter Suruí, ou apenas Paiter, atendendo a uma reivindicação recente pelo uso de tal designação.

<sup>5</sup> De acordo com Bassi (*id.*), os Paiter refletem sobre sua história por meio de ao menos seis marcadores temporais: (1) o *Começo do Tempo ou o Tempo da Origem*; (2) o *Tempo da Floresta ou o Tempo Antigo*; (3) o *Tempo do Medo ou o Tempo das Correrias*; (4) o *Tempo do Contato*; (5) o *Tempo da Demarcação*; e (6) o *Tempo Atual*.

<sup>6</sup> A respeito destes outros povos da região do Rio Madeira, ver Junqueira (1984/1985), Dal Poz (1991, 2004), e Vander Velden (2013).

Com uma população atual de 1.375 pessoas, segundo dados do Instituto Socioambiental<sup>7</sup>, possuem quatro “clãs”<sup>8</sup>: Gamir<sup>9</sup>, Gameb<sup>10</sup>, Makor e Kaban, surgidos nesta ordem após Palob, demiurgo na cosmologia paiter, os ter criado (Bassi, *op. cit.*; de Renesse, 2017). Diferente dos outros clãs, os Kaban são oriundos de uma cisão Gameb por via uterina (são descendentes de uma mulher cinta-larga), uma vez que as pessoas que hoje se dizem Kaban aparecem na etnografia de Betty Mindlin como Gameb (de Renesse, *id.*:76). Os Kaban frequentemente tem sua linhagem contestada por tal motivo, embora constituam o grupo mais numeroso dentre os Paiter, correspondendo a “cerca de 45% da população, seguido pelos Gamir (30%), Gameb (20%) e Makor (5%)”, segundo Yvinéc (*apud* Bassi, *op. cit.*:45, nota 24).

No que diz respeito às aldeias paiter, elas seguem o padrão residencial Tupi-Mondé, o qual “consiste numa família agnática, frequentemente um grupo de germanos com ou sem o pai, com seus afins e descendentes, e do qual um dos membros é o chefe ou cacique” (de Renesse, *op. cit.*:13-4, nota 7). Em geral, o chefe é o pai ou o irmão mais velho.

Já o casamento, preferencialmente, é de tipo avuncular, isto é, aquele no qual um homem se casa com sua sobrinha, sendo as sobrinhas classificatórias (FBDD) preteridas em favor da filha da irmã (ZD) (de Renesse, *id.*; Bassi, *op. cit.*). Não obstante, um homem pode se casar com qualquer mulher, desde que esta não pertença a seu grupo agnático, por isso “a regra para a escolha do cônjuge pode ser formulada assim: um homem pode casar com qualquer mulher que não esteja numa dessas duas posições [mãe ou irmã], porém uma mulher deve casar com o tio materno” (Yvinéc *apud* de Renesse, 2017:45).

Até o momento, contudo, são poucos os trabalhos etnográficos a respeito dos Paiter Suruí. Durante o *Tempo da demarcação*, no fim dos anos 1970 e começo dos anos 1980, Betty Mindlin, sob orientação de Carmen Junqueira, antropóloga que realizou pesquisa junto aos Cinta-larga, conduziu sua etnografia dentre eles. Posteriormente, Mindlin publicou outros trabalhos que destacam os mitos e as narrativas orais paiter<sup>11</sup>. Mais recente, há também os trabalhos de Yvinéc (2011), de Renesse (2017) e Bassi (2018). Apesar de, por ora, ainda não ter tido acesso ao trabalho de Yvinéc, segundo os outros dois autores, sua pesquisa tenta recriar uma narrativa do tempo anterior ao contato e, assim como o trabalho de Mindlin, também aborda os mitos paiter. Por seu turno, de Renesse investiga a categoria nativa de “história” e Bassi descreve os modos de conhecer paiter. No entanto, nenhum dos quatro discute as relações econômicas e de troca nas quais se engajam os Paiter Suruí com os “brancos”, salvo breves comentários. É sobre elas que procuro discorrer aqui.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3858#noticias>. Último acesso em: 25 de outubro de 2020.

<sup>8</sup> Termo usado pelos próprios Paiter Suruí, de acordo com de Renesse (2017) e Bassi (2018).

<sup>9</sup> Às vezes grafado como Gamir.

<sup>10</sup> Às vezes grafado como Gamep ou Gameb.

<sup>11</sup> Ver Mindlin (2007, 2014), entre outros.

## II - Atividades econômicas, trocas e rivalidades mítico-históricas

A respeito dessa temática, das trocas e relações econômicas, entre os Cinta-larga, há na antropologia o trabalho etnográfico de Dal Poz (2010), o qual discute os modos pelos quais seus interlocutores usam o dinheiro, dando especial atenção aos acordos entorno da venda de madeira e da exploração de garimpos a partir da “economia da predação”. Entre os Paiter Suruí, conquanto não haja trabalhos antropológicos, pipocam estudos de outras áreas, além de relatórios de organizações não-governamentais (ongs) sobre o tópico. Focarei naqueles que tratam dos projetos de desenvolvimento na região, em particular, nos que abordam atividades extrativistas bem como planos de desenvolvimento sustentável, encarnados, respectivamente, nas atividades madeireira/mineradora e nos créditos de carbono.

A presença de madeiras e mineradoras na Amazônia não é nova. Nos anos 1980, por conta da implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), financiado pelo Banco Mundial sob empréstimo ao governo brasileiro, à época presidido pelo militar João Figueiredo, foi construída a BR-364 (Rodovia Marechal Rondon)<sup>12</sup>, assim ligando o interior de São Paulo ao estado do Acre e abrindo a região à presença de madeiros (Silva e Neto, 2014, 2015; Borges *apud* Olander, Borges e Narayamoga Suruí, 2011; Pinto, 2017; Ferronato e Nunes, 2017). Em anos recentes, foi descoberta uma jazida de diamante “a céu aberto” no parque Aripuanã, fato comentado por Dal Poz (*op. cit.*) e por Fabiano Maisonnave (2017) em reportagem para o jornal britânico *The Guardian*.

Conforme argumentam Silva e Neto (2014), a atividade madeireira introduziu a “monetização” na vida paiter, assim como também ocorreu entre seus vizinhos Cinta-larga, processo que Dal Poz (*op. cit.*) denomina de “endinheiramento”. Entretanto, após o encerramento do Polonoroeste, a exploração predatória da madeira se intensificou e “a fim de assegurar a sua posse, o aliciamento madeireiro passou a estabelecer uma nova lógica econômica, que se desdobrou na ocupação dos espaços da Terra Indígena, causando a dispersão dos indígenas pelo território e a criação de novas aldeias” (Silva e Neto, *op. cit.*:168).

Sequer nova ou exclusiva aos Paiter Suruí, as atividades extrativistas representaram uma fonte de renda, ainda que modesta, para as comunidades, mas nem por isso formam consenso entre as aldeias. No caso paiter, apesar de outrora terem se engajado em trocas com madeiros, tal qual afirmam os trabalhos citados, hoje quase mais ninguém o faz, com exceção de algumas poucas aldeias, segundo alegam o relatório de Zwich (2019) para a Forest Trends e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a reportagem *How diamonds and a bitter*

---

<sup>12</sup> Entre outros objetivos, o Polonoroeste visava a integração nacional, a ocupação do território brasileiro e o aumento da produção na região norte (ver o decreto nº 86.029 de 27 de maio de 1981, disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/41367-dispue-sobre-a-cria-uuo-do-programa-integrad-o-de-desenvolvimento-do-noroeste-do-brasil-polonoroeste.html> e acessado pelo última vez em 25 de outubro de 2020).

*feud led to the destruction of an Amazon reserve* do The Guardian<sup>13</sup>. De todo modo, os Paiter ainda sofrem com a invasão de madeireiros e com o desmatamento ilegal da Terra Indígena:

a ação sistemática de roubo de madeira no interior da TI por grandes grupos madeireiros, que resultou, segundo o Sipam, no desmatamento de cerca de sete mil hectares nos últimos anos, ainda é um dos principais problemas enfrentados pelo povo Paiter/Suruí ao longo dos últimos anos. Ferronato e Nunes (2017:4).<sup>14</sup>

Além disso, de acordo com Lopes e Souza:

A Terra Indígena Sete de Setembro apresentou aumento no desmatamento ao longo dos anos analisados. Na Zona de Entorno (ZE), em 1997, o desmatamento já representava 41% da área (26.287,92 ha). Em 2007 as áreas desmatadas correspondiam à 64% da ZE (41.242,69 ha), representando um incremento de 23% em 10 anos. Contudo, em 2017 66% da ZE encontrava-se desmatada (42.035,60 ha), o que representa um incremento de 2% em 10 anos. No interior da TISS, em 1997, o desmatamento já representava 0,7% da área (1.749,08 ha). Em 2007 as áreas desmatadas correspondiam a 1,3% (3.217,39 ha), representando um incremento de 0,6% em 10 anos. Entretanto, em 2017, cerca de 2,1% do interior da TISS encontrava-se desmatado (5.261,36 ha), o que representa um incremento de 1,4% em 20 anos. (2020:3-4).

Dentre as razões para a persistência do problema do desmatamento na TISS e arredores, segundo Ferronato e Nunes (*op. cit.*), estão a expansão da fronteira agrícola na área do entorno e a legislação vigente que dificulta a exploração legal.

---

<sup>13</sup>Disponível

em: <https://www.theguardian.com/environment/2017/sep/27/how-19diamonds-and-a-bitter-feud-led-to-the-destruction-of-an-amazon-reserve>. Último acesso em: 05 de agosto 08 de 2018.

<sup>14</sup> Em 2009, uma operação da Funai e da Polícia Militar Ambiental estimou que “diariamente cerca de 60 caminhões deixam à área carregados com toras, o que representa cerca de 780 metros cúbicos de madeira” Ferronato e Nunes (2017:5).



Pontos de acesso clandestinos de extração ilegal de madeiras na Terra Indígena Sete de Setembro e principais destinos de madeira extraída. Fonte: Ferronato e Nunes (2017)<sup>15</sup>.

Dessa forma, motivados a proteger seu território contra invasões de madeireiros e garimpeiros, por meio da Associação Metareilá, entidade supra aldeia cujo “líder maior” (*labiway esaga*) é escolhido pelo conselho de clãs, os Paiter Suruí desenvolveram o “Plano de Gestão de 50 anos da Terra Indígena”<sup>16</sup> com o apoio de ongs e empresas. A iniciativa engloba, entre outras coisas, o monitoramento da área por geoprocessamento e georreferenciamento, um fundo monetário e o “Projeto Carbono Florestal Suruí” (PCFS), projeto pelo qual Almir Narayamoga Suruí, atual “líder maior”, foi laureado com o Prêmio Maya Lin durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2009 (COP-15)<sup>17</sup>.

O PCFS, lançado entre 2007 e 2009, consistia num plano de venda de créditos de carbono via REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação)<sup>18</sup> e foi o primeiro projeto de conservação baseado na redução de gás carbônico liderado por indígenas (Zwich, 2019). De acordo com Lobo (2016)

<sup>15</sup> Ver também <https://www.youtube.com/watch?v=PZiGOHUPOpQ>, vídeo do youtuber Oyexiener Paiter com uma linha do tempo do desmatamento na área ao redor da Terra Indígena Sete de Setembro.

<sup>16</sup> Disponível em: [https://www.conservationgateway.org/ConservationPractices/ClimateChange/ForestCarbon/Documents/4\\_%20Gasoda%20PLANO%20DE%20GEST%C3%83O%20DA%20TERRA%20INDIGENA%20SET%20DE%20SETEMBRO%20-%20MEXICO%202013.pdf](https://www.conservationgateway.org/ConservationPractices/ClimateChange/ForestCarbon/Documents/4_%20Gasoda%20PLANO%20DE%20GEST%C3%83O%20DA%20TERRA%20INDIGENA%20SET%20DE%20SETEMBRO%20-%20MEXICO%202013.pdf). Último acesso em 25 de outubro de 2020.

<sup>17</sup> Fonte: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/09/01/enquanto-tiver-floresta-e-m-pe-quem-a-defende-sera-ameacado-diz-cacique.htm>. Último acesso em: 25 de outubro de 2020.

<sup>18</sup> O sinal “+”, segundo Lobo, que conduziu uma etnografia sobre créditos de carbono junto aos Tembé, “ênfatiza o papel da conservação, do manejo sustentável e do aumento de estoques de carbono nas florestas, inserindo na proposta a possibilidade de regulamentação de mais técnicas de engenharia florestal” (2016:82).

O mercado de carbono é o termo genérico utilizado para denominar os sistemas de negociação de certificados de redução de emissões de GEEs [gases de efeito estufa] aprovados pelo Conselho Executivo vinculado à ONU: os créditos de carbono (ou Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) no âmbito do Protocolo de Quioto. Cada crédito representa a remoção ou a não-emissão de uma tonelada métrica de dióxido de carbono equivalente. O CO<sub>2</sub> é o gás padrão para as medições de comensurabilidade com todos os outros gases [...]. Uma tonelada métrica de outro gás precisa ser reconvertida em dióxido de carbono para ser precificada. (p. 77).

Assim, como é necessário que uma tonelada de CO<sub>2</sub> tenha sido “evitada”, ou seja, que uma tonelada de gás carbônico equivalente não tenha sido lançada na atmosfera, o que é feito por meio do desmatamento evitado, o PCFS acabou sendo suspenso em 2018 justamente por causa do desmatamento ilegal na terra indígena. Em suma, como os dados do geoprocessamento atestavam perda de área florestal, o CO<sub>2</sub> absorvido pela cobertura vegetal remanescente não tinha como tornar-se um crédito, pois perdeu sua validade dentro dos parâmetros do REDD+.

A suspensão do projeto, de acordo com (Zwich, *op. cit.*) e com a reportagem do The Guardian, anteriormente mencionada, envolve um conflito entre Almir e seu “primo”, como Henrique é chamado no texto do jornal britânico. De um lado, Almir, responsável por encabeçar o projeto de venda de créditos de carbono, queria sua continuação. De outro, Henrique era favorável à presença de madeiras na terra Sete de Setembro. Enquanto Almir é uma liderança mais jovem, com maior domínio do português, casado com uma não-indígena<sup>19</sup>, irmão do chefe da aldeia Lapetanha na linha 11 e membro do clã Gameb, Henrique é um homem mais velho, chefe de outra aldeia na linha 14 e que, apesar de também ser Gameb, mora entre um grupo de irmãos Gamir (Zwich, *id.*; de Renesse, 2017). Ambos, junto de Itabira, do clã Kaban (cisão uterina dos Gameb), eram os três chefes que compunham o Fórum dos Clãs da Associação Metareilá (Zwich, *op. cit.*).

Conforme argumenta de Renesse (2017), existe uma rivalidade anterior ao Contato entre a linha 14 e as linhas 11 e 12. Tal rivalidade envolve uma oposição entre os atuais clãs Gamir e Gameb, a qual é proveniente de cisões internas aos grupos agnáticos dos próprios clãs. Segundo o autor:

Embora os Suruí vivessem idealmente numa única aldeia antes do Contato (1968-1969), os irmãos Gamir da linha 14 eram genros de importante chefe que, com eles, já vivia parcialmente separada do grupo principal antes do Contato. [...] Recusando-se a seguir os demais quando estes decidiram se instalar junto ao posto da Funai, no início dos anos 1970, o chefe então migrou com seus aliados Gamir para um antigo taquaral que os Suruí costumavam explorar para confecção de suas flechas, e que se tornara a propriedade de um fazendeiro que, por um tempo, ali os acolheu acolheu. O lugar, porém, logo se transformou na cidade de Espigão d'Oeste e, em 1977, o grupo teve que abandonar o local e regressar para área suruí então recente demarcada, fundando a atual aldeia da linha 14 a certa distância da aldeia que os demais haviam fundado na vizinhança do posto. Quando o chefe faleceu, em 1980, a chefia da aldeia passou para seus genros, tornando-se a aldeia Gamir da linha 14, como é conhecida hoje. Este chefe, porém, tinha um irmão que era aliado aos pais dos atuais irmãos Gameb da linha 11, e com eles permaneceu junto ao grupo principal, o qual se estabeleceu ao lado do

---

<sup>19</sup> Cardozo (2012). A autora é casada com Almir Narayamoga Suruí.

posto da Funai, e posteriormente ali fundou uma aldeia conhecida como Nambekodavaquiba (“Onde penduraram os facões”), ou Sete de Setembro (pelo nome do posto, fundado em setembro de 1969) no prolongamento da atual linha 12. Esse grupo reunia os demais Suruí e passou a ser liderado por seu filho Itabira, sobrinho (BS) do atual chefe da linha 14. [...] Independentemente dessas causas, os Gameb da linha 11 e os Gamir da linha 14 estão, assim, ligados, se podemos dizer, pela divisão do grupo de seus afins. [...] São, assim, de ambos os lados, as rivalidades provenientes da divisão interna a cada um desses clãs que fornecem a trama da oposição sobre a qual repousa a oposição genérica atual entre Gamir e Gameb. (p. 57-9).

Portanto, há evidências de que Almir e Henrique atualizam a rivalidade interna aos Gameb. De Renesse afirma ainda que tal oposição foi reforçada no “início dos anos 2000, quando, após ciclos de exploração madeireira desenfreada, a necessidade de implementar algum tipo de gestão do território apareceu a alguns como um fato que passou a exigir políticas e lideranças unificadas” (*id.*:61), o que intensificou a disputa entre Almir, que lidera a associação Metareilá e o grupo da linha 14, onde os Gamir acusam os Gameb de terem usurpado a chefia (*id.*:162). No entanto, seria um erro achar que foi por causa de Henrique que o projeto de créditos de carbono acabou. De acordo com um *info brief* da CIFOR (Centro Internacional de Investigação Florestal)<sup>20</sup>, sem apoio governamental e regulamentação legislativa para a execução do mecanismo REDD+, empresas que, em caso contrário, comprariam os créditos de carbono sentem-se inseguras sobre o valor de seus ativos. Assim, considerando o atual cenário político brasileiro, percebe-se que há muitas incertezas sobre o futuro de iniciativas desse gênero.

De todo modo, o problema tem semelhanças com a questão da dissonância entre a autonomia política das aldeias e a representação indígena nos projetos das associações. Para Carneiro da Cunha (2014), em tais contextos, há um desajuste entre legalidade e legitimidade, pois nas associações tende-se a privilegiar a liderança de um homem alfabetizado, que irá representar toda a etnia, apesar de tradicionalmente cada aldeia ter seu próprio chefe e agir politicamente de modo autônomo.

O problema da rivalidade paiteer suruí também mobiliza o tema do dualismo tupi trabalhado por Lévi-Strauss (2008) e Peggion (2005), mas até o momento não realizei tais leituras.

Passo agora, portanto, a uma breve contextualização dos REDD+ no campo da “economia verde”.

---

<sup>20</sup> Gallo, Brites e Micheletti (2020).

### III - Desenvolvimento sustentável e “economia verde”

Fruto de uma agenda econômica formulada em resposta à emergência do Antropoceno<sup>21</sup> — a qual provocou uma série de acordos de cooperação internacionais com o objetivo de elaborar uma economia mais sustentável e de menor impacto ambiental, a chamada “economia verde”, cuja base encontra respaldos na noção de “serviços ecossistêmicos”<sup>22</sup> — os certificados de REDD+, criados nesse contexto, são um dos mecanismos econômicos que transformam elementos naturais em ativos ambientais e *commodities*. Embora remontem a virada da década de 1980 para 1990 e a noção de desenvolvimento rural, especialmente no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima<sup>10</sup> de 1992, foi só com o Acordo de Paris sobre o Clima em 2015<sup>11</sup> que os REDD+ adquiriram validade global (Zwich, 2015). No artigo quinto do acordo, os REDD+ são mencionados como um dos mecanismos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, o que seria crucial para alcançar o objetivo do acordo, a saber, prevenir que a temperatura mundial subisse mais do que dois graus Celsius (Zwich, 2019).

No entanto, conforme argumenta Moreno (2016), esse novo paradigma de cooperação internacional que leva as mudanças climáticas em consideração tem na “economia verde” “uma narrativa unificadora do capital financeiro, a serviço de um novo passo da acumulação” (*id.*:264) — a qual é operada pela abertura ao mercado de terras antes não utilizadas pelo modo capitalista hegemônico. Segundo a autora, apesar de a “economia verde” se constituir em oposição a chamada “economia marrom”, que nada mais é do que o modo hegemônico de produção dentro do capitalismo contemporâneo, ela jamais irá substituir esta última. Ao contrário, ela depende desta, pois

De acordo com essa lógica “verde”, quanto mais cresce a economia marrom, mais fundos estariam (hipoteticamente) disponíveis para enverdecê-la. A isso se poderia argumentar na direção oposta: quanto mais degradação ambiental e escassez de recursos, mais valiosos (e caros no mercado) estarão os títulos

---

<sup>21</sup> O novo período ou era geológica da Terra foi assim chamado pelos geólogos em razão de ser efeito das ações humanas. Suas principais características são a fossilização do plástico e o aumento da radioatividade e dos gases de efeito estufa, principalmente carbono, na camada rochosa da Terra. No entanto, o Antropoceno enquanto evento, isto é, enquanto um fator que adentra a cena pública sem previsão de retirada, e que, portanto, nos força a lidar com ele — como diria Isabelle Stengers (2015) a respeito do que ela chama de intrusão de Gaia — já irrompe controverso. Questiona-se sua causa antropogênica de duas maneiras: para negar o próprio evento; ou para contestar a ideia de que todos humanos são igualmente seus causadores. Em decorrência desta segunda crítica, outros nomes para o evento foram formulados, como Plasticoceno, Capitaloceno e Cthulhuceno (Moore, 2016; Haraway, 2016), para citar alguns. A seu modo, cada renomeação provoca um deslocamento de ênfase em mudanças que a imagística ocidental percebe, mas cujos sentidos ainda lhe escapam. A controvérsia em torno do termo revela uma camada ainda mais profunda de discussões que envolvem meio ambiente, mudanças climáticas e alternativas ao desenvolvimento.

<sup>22</sup> “Designed to draw attention to the benefits that humans gain from natural environments (e.g., carbon sequestration, drinking water, nutrient cycling, wildlife habitat, etc.), ES outlines four different types of services that natural environments provide: provisioning, regulating, supporting, and cultural services” (du Bray *et. al.*, 2019:23).

de cobertura florestal, as compensações de biodiversidade, as licenças de água, os créditos de carbono, etc (*id.*: 279-80).

Não obstante, os créditos de carbono, junto da geo-engenharia e da mudança genômica de plantas com vistas a torná-las mais resistentes às mudanças climáticas<sup>23</sup>, fazem parte de um esforço tecnológico para “consertar” as mudanças climáticas. Nesse sentido, compreendo que eles compõem aquilo que Viveiros de Castro (2019) chama de “modelo” ao retomar a distinção “engenheiro”/*bricoleur* feita por Lévi-Strauss para contrastar modos de articulação entre pensamento e ação no Antropoceno. Segundo ele:

Henceforth my reference to “models” means exclusively normative, “models for” models, even if these often presume to derive their coincidence with Truth from scientific “models-of” and appeal to Science (in the singular, with a capital *S*) as a “guide to society.” Such is the case, for example, of all geoengineering projects or the notorious models of economic development imposed by the International Monetary Fund and other tools of global capitalist “governance”— supposing economics counts as a bona fide science and development as a self-evident concept, something I seriously doubt. In its normative sense, a model is above all a political instrument, involving an asymmetric power relation which maximizes the distance between the modeling authority and the subjects (human and nonhuman peoples, landscapes, the atmosphere) that are to be modeled. [...] Models are, by definition, simplifications of reality, but they can be used to understand it (models as heuristics) or be imposed upon it (models as norms) in order to browbeat reality, so to speak, into obeying them. (2019:300-1).

Portanto, os créditos de carbono, enquanto um “modelo” que se impõe à realidade, são uma forma de dominar tanto humanos como não-humanos. Contudo, como nota o autor em outra passagem, as populações tradicionais, com seu pensamento *bricoleur*, mesmo ao se associarem ou copiarem a lógica do “engenheiro”, produzem outras coisas, isto é, transformam o que se espera. Logo, não se deve assumir que os Paiter Suruí percebam os créditos de carbono da mesma forma que os atores do mercado financeiro, dos acordos internacionais e da ciência. Lido aqui, então, com um caso de “economia da predação” (Viveiros de Castro *apud* Dal Poz, 2010).

#### IV - Considerações finais

Além das questões que a relação entre associação e chefia levantam, bem como sobre o sistema clânico paiter suruí e sua estrutura dualista, a pesquisa também aponta para um outro caminho, que é discutir o modo pelo qual os valores indígenas são convertidos<sup>24</sup> em valor econômico (du Bray *et al.*, 2019). Mais especificamente, é

---

<sup>23</sup> O que denota a “tecnofixação” do setor (*cf.* Haraway, 2016).

<sup>24</sup> Agradeço a meu orientador, Stelio Marras, pela sugestão da palavra “conversão”. Anteriormente, usei a palavra “tradução” para me referir a este processo, mas “conversão” soa mais apropriada, pois evoca tanto uma metáfora econômica como também uma metáfora espiritual.

possível indagar como relações nativas entre humanos e entre humanos e não-humanos, as quais transcendem o campo do que se costuma chamar de economia, são transformadas em bens alienáveis, passíveis de comercialização no mercado financeiro. Nesse processo, que dimensões da vida paiteir não são capturadas (e quais o são) pelos créditos de carbono? E de que modo os atores mobilizados pelo carbono conferem valor ao serviço prestado pela floresta?

#### BIBLIOGRAFIA:

BASSI, Flávio. *Entresaberes: modos de conhecer paiteir e suas transformações*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BRASIL. Decreto nº 86.029 de 27 de maio de 1981. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/41367-dispue-sobre-a-criacao-do-programa-integrado-de-desenvolvimento-do-noroeste-do-brasil-polonoeste.html>.

Último acesso em: 25 de outubro de 2020.

BRAY, Margaret V. du *et. al.*. “Does ecosystem services valuation reflect local cultural valuations? Comparative analysis of resident perspectives in four major urban river ecosystems”. *Economic Anthropology*, 2019; 6: 21–33.

CARDOZO, Ivaneide. *Iway e Metare : a marca do território Paiteir Surui*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Fundação Universidade Federal de Rondônia /UNIR, Porto Velho, Rondônia, 2012.

DAL POZ NETO, João. *No país dos Cinta Larga: uma etnografia do ritual*. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

DAL POZ NETO, João. *Dádivas e dívidas na Amazônia: parentesco, economia e ritual nos Cinta-Larga*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DAL POZ NETO, João. “Dinheiro e reciprocidade nos Cinta-Larga: notas para uma economia política na Amazônia meridional”. *Sociedade e Cultura*, vol. 13, núm. 1, janeiro-junho. Universidade Federal de Goiás Brasil, 2010, pp. 11-23.

DIETRICH, Wolf. “O tronco tupi e as suas famílias de línguas”. Classificação e esboço tipológico. In: Noll, Volker & Wolf Dietrich (org.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. 2010, pp. 9-25.

FERRONATO, Marcelo L.; NUNES, Reginaldo de O. “A exploração ilegal de madeiras na Terra Indígena Sete de Setembro, Cacoal - RO”. *Revista Facimed*, v. 2, n.2, 2010, p. 1-12.

HARAWAY, Donna. *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Duke University Press, 2016.

HOLBROOK, Stan. “A report and comparative-historical look at the Cinta Larga, Suruí, Gavião and Zoró languages”. *Working Papers of the Linguistics Circle of the University of Victoria*, 2013, vol. 23, nº 1, pp. 14–31.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Terras indígenas no Brasil*. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3858#noticias>. Último acesso em: 25 de outubro de 2020.

JUNQUEIRA, Carmen. Os Cinta Larga. *Revista de Antropologia*, v. 27/28, 1984/1985, pp. 213-232

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Estruturas dualistas existem?”. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. São Paulo, CosacNaify, 2005.

LOBO, Rodrigo G. *Naturezas esfumaçadas: os Tembé e o mercado de crédito de carbono*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LOPES, Claudia A. V.; SOUZA, Ranieli dos A. de. “Análise da cobertura florestal da Terra Indígena Sete de Setembro, entre os anos 1997 a 2017”. *Revista Brasileira de Ciência da Amazônia*, 9 (1): 001–007 mar 2020 ISSN 2317-5729 (online edition).

MADEIRO, Carlos. ““Enquanto tiver floresta em pé, quem a defende será ameaçado”, diz cacique”. Publicado em 01 de setembro de 2019 no Uol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/09/01/enquanto-tiver-floresta-em-pe-quem-a-defende-sera-ameacado-diz-cacique.htm>. Último acesso em: 25 de outubro de 2020.

MAISONNAVE, Fabiano. *How diamonds and a bitter feud led to the destruction of an amazon reserve?*. Publicada no The Guardian em: 27 de setembro de 2017. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/environment/2017/sep/27/how-diamonds-and-a-bitter-feud-led-to-the-destruction-of-an-amazon-reserve>. Último acessado em 05 de agosto de 2018.

MELATTI, Júlio C.. “Capítulo D4: Aripuanã”, 2011 retocada em 2017. In: *Áreas*

*etnográficas da América Indígena*. Página eletrônica elaborada por Júlio Cezar Melatti. Consultada em 05 de agosto de 2018, p. 1-12.

MINDLIN, Betty. *Nós Paiter: Os Suruí de Rondônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

MINDLIN, Betty. *Vozes da Origem*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MINDLIN, Betty. *Moqueca de Maridos: mitos eróticos indígenas*. São Paulo e Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

MOORE, Denny. “Classificação interna da família lingüística Mondé”. *Estudos linguísticos*, n° 34. 2005, pp. 515–520.

MOORE, Jason W. (org.). *Anthropocene or Capitalocene?: Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. PM Press, 2016.

MORENO, Camila. “As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva”. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; e PEREIRA FILHO, Jorge (org.). *Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Fundação Rosa Luxemburgo; Autonomia Literária; e Editora Elefante, 1º edição 2016, 1º reimpressão, p. 256-293.

PINTO, Lúcio F.. Internacionalizar para não internacionalizar. *Amazônia Real*, Publicado em: 11 de outubro de 2017. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/internacionalizar-para-nao-internacionalizar/>. Último acesso em: 25 de outubro de 2020.

PAITER, Oyexiener. “Linha do tempo 1984 A 2016 - Terra Indígena Sete De Setembro Povo Paiter Suruí”. Postado no Youtube em: 27 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PZiGOHUPOpQ>. Último acesso em 25 de outubro de 2020.

PAITER SURUÍ. Plano de gestão de 50 anos. Disponível em: [https://www.conservationgateway.org/ConservationPractices/ClimateChange/ForestCarbon/Documents/4.%20Gasoda%20S\\_PLANO%20DE%20GEST%C3%83O%20DA%20TERRA%20INDIGENA%20SETE%20DE%20SETEMBRO%20-%20MEXICO%202013.pdf](https://www.conservationgateway.org/ConservationPractices/ClimateChange/ForestCarbon/Documents/4.%20Gasoda%20S_PLANO%20DE%20GEST%C3%83O%20DA%20TERRA%20INDIGENA%20SETE%20DE%20SETEMBRO%20-%20MEXICO%202013.pdf). Último acesso em 25 de outubro de 2020.

PEGGION, Edmundo. 2005. *Relações em perpétuo desequilíbrio: a organização dualista dos Kaguahiwa da Amazônia*. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

OLANDER, Jacob; BORGES, Beto; SURUÍ, Almir Narayamoga. Projeto Suruí:

promovendo a capacitação dos “povos indígenas” para um acordo informado sobre o financiamento de REDD. In: Valle, Raul Silva Telles do (org.). Desmatamento evitado (REED) e povos indígenas: experiências, desafios e oportunidades no contexto amazônico. São Paulo: ISA, 2010.

RENESSE, Nicodème Costia de. *Seguir, ou sair de sua história: ramificação e antagonismos narrativos entre os Paiter Suruí (tupi-mondé)*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, Nathália T. C.; NETO, José Ambrósio Ferreira. “The Interface between Amazon Development and the Indigenous Communities: The Suruí emergence as subjects of political action”. *Revista IDEAS*, v. 9, n. 1, 2015.

SILVA, Nathália T. C. da; NETO, José Ambrósio Ferreira. “A monetarização da vida social dos Paiter Suruí”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 163–181, 2014. DOI: 10.1590/S1981-81222014000100011.

STENGERS, Isabelle. *No Tempo das Catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo, Cosac Naify, 2015.

VELDEN, Felipe F. V. “Os Tupí em Rondônia: diversidade, estado do conhecimento e propostas de investigação”. *Revista Brasileira De Linguística Antropológica*, 2(1), 2013, pp. 115-143.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “On Models and Examples: Engineers and Bricoleurs in the Anthropocene”. *Current Anthropology*, 2019, 60:S20, S296-S308.

YVINÉC, C. *Les monuments lyriques des Suruí du Rondônia (Amazonie méridionale): chants, événements et savoirs*. Thèse de doctorat, EHESS, Paris, 2011.

ZWICH, Steve. *REDD Dawn: The Birth Of Forest Carbon*. In: Ecosystem Marketplace. 3 de junho de 2015 (reportagem). Disponível em: <https://www.ecosystemmarketplace.com/articles/redd-dawn/>. Último acesso em: 05 de outubro de 2019.

ZWICH, Steve. *The Surui Forest Carbon Project: a case study*. Relatório para a Forest Trends. 2019. Disponível em: <https://www.forest-trends.org/publications/the-surui-forest-carbon-project/>